

Senado confirma Henrique Meirelles

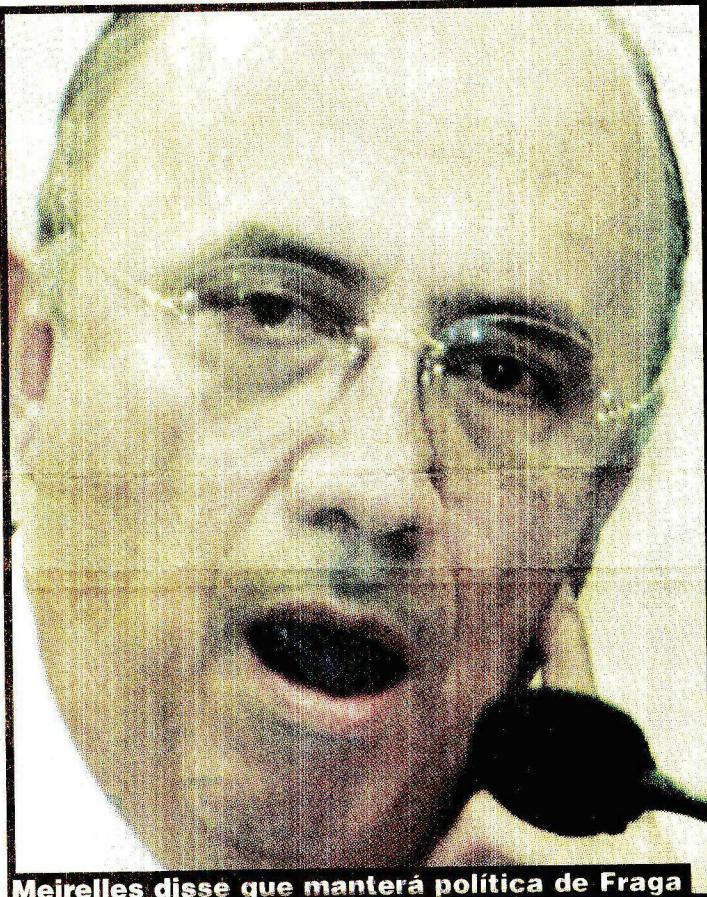
18 DEZ 2002

O EX-PRESIDENTE DO BANKBOSTON FOI APROVADO POR 21 VOTOS (CINCO CONTRAS) PARA ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO BANCO CENTRAL, MAS ENFRENTOU CRITICAS DA COMISSÃO

Por 21 votos a favor, cinco contra e uma abstenção, a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos do Senado) aprovou o nome de Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston, para presidir o Banco Central no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Além dos partidos de apoio ao governo petista, votaram a favor da indicação membros do PFL e do PSDB.

O placar da aprovação de Meirelles demonstra o clima de não-agressão que marca a transição de governo. O mesmo, entretanto, não foi visto na sabatina de Armínio Fraga, quando o nome foi aprovado também por 21 votos a favor e seis contra, mas a possível gestão de Fraga foi comparada, metaforicamente, à presença da "raposa dentro de um galinheiro".

Enfrentando constrangimento provocado por senadores do PSDB e até do PT e dos aliados PDT e PSB na sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o ex-banqueiro tucano Henrique Meirelles, afirmou que o futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeram a enviar ao Congresso um projeto que prevê a autonomia operacional do BC. Isso significa que o presidente e os diretores teriam mandatos fixos e metas estabelecidas, e prestariam contas ao Congresso. O projeto de autonomia operacional do BC foi defendido pela equipe econômica



Meirelles disse que manterá política de Fraga

do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas em oito anos não foi enviado ao Congresso.

Durante a sabatina, Meirelles seguiu à risca a cartilha econômica do atual presidente do BC, Armínio Fraga: defendeu a manutenção das metas de inflação e afirmou que os juros devem subir sempre que necessário para conter a alta de preços. "O único mandato do BC é a estabilidade de preços da economia e o

único instrumento é a política monetária (taxa de juros). Dessa maneira, estarei seguindo a política de metas (de inflação) do doutor Armínio. Não haverá surpresas, medidas de pretensa criatividade para combater a inflação", afirmou.

Meirelles disse que o governo Lula deve aumentar o superávit primário das contas públicas (receitas menos despesas, sem contar gastos com juros da dívida).

Para 2003, a meta é de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas Meirelles negou que tenha defendido um superávit de 7%. Segundo o futuro presidente do BC, o governo deverá ter o objetivo de reduzir os títulos públicos corrigidos pela variação do dólar.

Começou com uma polêmica a sabatina de Henrique Meirelles. Logo no início da sessão, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) pediu o adiamento da sessão para que os senadores analisassem um relatório da Comissão de Fiscalização do BC, levantadas pela CPI dos Bancos. O texto apontava uma série de irregularidades que teriam sido cometidas pelo BankBoston para mascarar a remessa de lucros ao exterior, sonegar impostos e ter ganhos nas operações realizadas em função da mudança do regime cambial, em 1999.

Barros disse que todas as acusações se referiam ao período em que Meirelles era presidente do BankBoston e acusou Meirelles, com base no relatório, de "dificultar a fiscalização do BC". Barros sugeriu o adiamento da sessão por 24 horas, mas não chegou a pedir vistas do processo, o que obrigaria o presidente da CAE em exercício, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) a aceitar, adiando a sabatina.

Em sua defesa, Meirelles afirmou que ele não era responsável pelo BankBoston Brasil na época em que as operações de remessa foram feitas, porque ele já dirigia

o banco diretamente da matriz, nos Estados Unidos. Nos 12 anos em que dirigiu o banco no Brasil, lembrou, não há nenhuma irregularidade investigada pelo BC. Meirelles acrescentou ainda que o relatório divulgado pelo senador era um relatório preliminar. Ele afirmou aos senadores presentes que o BC, ao final das investigações, decidiu não aplicar nenhuma penalidade ao BankBoston. "Eu fiz questão de averiguar e a informação que eu tive é que não foi encontrada nenhuma irregularidade", afirmou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) foi proibida pelo partido de votar contra a indicação de Meirelles para a presidência do Banco Central (BC), uma escolha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente nacional do PT, deputado José Genoino (SP), disse que a decisão de fechar questão pelo voto favorável à indicação de Meirelles, formalizada em reunião da bancada do PT no Senado, devia ser cumprida tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Helena é membro titular, quanto no plenário.

Com a imposição partidária, coube à senadora alagoana duas alternativas: mudar de idéia e aprovar a escolha de Meirelles ou se ausentar das votações na comissão e no plenário, o que prevaleceu. Helena chorou durante a reunião com os atuais e futuros senadores em que foi divulgada a decisão do partido.